

# 1. ATOS DO PRESIDENTE

## 1.1. PORTARIAS

### PORTARIA DE 18 DE MAIO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 138 do Regulamento Interno da Secretaria e considerando o que consta do Procedimento Administrativo nº 5.770/2007,

Nº 205/2007 – RESOLVE conceder, a partir de 21 de março de 2007, pensão vitalícia para DAISY MARIA GREGORY, cônjuge do ex-servidor STELLIO FREIRE, no percentual de 100% (cem por cento), nos termos do art. 40, § 2º e § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pelas emendas constitucionais nºs 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, do art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e dos arts. 217, inciso I, alínea *a*, e 218 da Lei nº 8.112, de 11.12.90.

### PORTARIA DE 22 DE MAIO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos dos arts. 148 e 149, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**Nº 211/2007** – RESOLVE: Art. 1º Designar LÍLIAN DE MOURA ANDRADE, ANDRÉA FARIA DA SILVA e BIANCA ALINE VICELLI BORSOI, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Disciplinar, com sede em Brasília, incumbida de apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a responsabilidade administrativa dos servidores indicados no relatório da Comissão de Sindicância constante do Procedimento Administrativo nº 13.076/2006.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

### PORTARIA DE 24 DE MAIO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 138 do Regulamento Interno da Secretaria e considerando o que consta do Procedimento Administrativo nº 6.414/2007,

Nº 214/2007 – RESOLVE conceder, a partir de 15 de abril de 2007, pensão vitalícia para MARIA ARAÚJO DE SENA, cônjuge do ex-servidor BERNARDINO DE SENA E SOUZA, no percentual de 100% (cem por cento), nos termos do art. 40, § 2º e § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pelas emendas constitucionais nºs 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, do art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e dos arts. 217, inciso I, alínea *a*, e 218 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.